Images by rawpixel.com

JOVENS INVESTIGADORES:

UM OLHAR GERACIONAL SOBRE A SAÚDE

TUDO É PROCESSO

Jovens pesquisadores contam como foi transformar inquietação em ciência

GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Percepção das juventudes periféricas sobre a saúde é atravessada por marcadores sociais

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E VIOLÊNCIAS

O cotidiano de jovens operadores de telemarketing da Maré e os impactos na saúde

DIREITO À VIDA

Campanhas de solidariedade e organização social para esperançar em tempos de Covid-19



realização:

AGENDA JOVEM FIOCRUZ

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

PROGRAMA INOVA FIOCRUZ

SUS

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

coordenação editorial:

10 ANOS | VIRAÇÃO

Expediente

Projeto Jovens Investigadores

Coordenação
André Sobrinho e Sofia Barreto

Mentoria
Adriana Castro (IFF/Fiocruz), Bianca Leandro (EPSJV/Fiocruz), Carolina Niemeyer (ENSP/Fiocruz), Corina Mendes (IFF/Fiocruz), Leonídio Madureira (Cooperação Social da Presidência), Márcia Lisboa (ICICT/Fiocruz), Marcos Nascimento (IFF/Fiocruz), Mayalu Mattos (Claves - ENSP/Fiocruz) e Simone Ribeiro (EPSJV/Fiocruz)

Jovens investigadores
Beatriz Lomba, Bruno Lopes, Douglas Maia Colarés, Ellen Neves, Fabiana Pinto, Isabel Barbosa, Leandro Rodrigues, Manuella dos Santos Albuquerque de Azevedo, Matheus Oliveira e Reinaldo de Araújo Dantas Lopes

Agenda jovem

Coordenação
André Sobrinho e Luciane Ferrareto

Coordenação da Cooperação Social – Presidência Fiocruz
Leonídio Madureira

Secretaria Executiva
Sofia Barreto

Assessoria de Comunicação
Roberta Nunes

Viração Educomunicação

Coordenação Editorial
Esta revista foi criada a partir de um processo educomunicativo facilitado pela Viração, organização social sem fins lucrativos que realiza processos e produtos de comunicação para a promoção dos direitos de adolescentes e jovens

Edição Educomunicativa
Jéssica Rezende, Juliane Cruz, Monise Berno, Pedro Neves e Vania Correia

Revisão
Manuela Azenha

Diagramação
Manuela Ribeiro

Imagens
rawpixel.com

realização:

coordenação editorial:

Sobre a Agenda Jovem Fiocruz

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) historicamente tem tido incidência junto à população jovem no exercício de suas funções em produzir e difundir conhecimentos através da pesquisa, educação, tecnologia e inovação em saúde. Investigações científicas de diferentes áreas temáticas, estruturas educacionais como uma escola de ensino médio técnico, os vários programas de pós-graduação, iniciativas de divulgação científica, serviços de saúde e projetos em cooperação social com territórios, criam as oportunidades para a juventude se aproximar da área da saúde e abrem espaços para a presença e circulação de jovens nas dependências da Fiocruz.

A Agenda Jovem Fiocruz (AJF) se soma a esses esforços e coloca a juventude como tema central para as políticas públicas. Há duas décadas, um conjunto de atores sociais e políticos, incluindo movimentos juvenis, reverberam pautas relativas a uma condição juvenil contemporânea, apresentando dimensões estruturantes da vida social que contornam as diversas trajetórias de jovens e, sob as quais recaem desigualdades, expectativas, desejos, aspirações e um imenso potencial de transformação. O resultado desta intensa mobilização produziu marcos políticos e legais relevantes, especialmente para a faixa etária de 15 a 29 anos.

Em sintonia com tais demandas e com vistas a subsidiar políticas públicas de juventude com enfoque na saúde, a AJF desenvolve iniciativas nas áreas de pesquisa, educação, informação e comunicação; serviços em saúde e ações territorializadas. Orienta-se pelas diretrizes estabelecidas no Estatuto da Juventude em interface com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com suporte institucional da Coordenação de Cooperação Social da Presidência da Fiocruz, a AJF funciona como uma plataforma colaborativa, onde participam representantes de diferentes Unidades Técnico-Científicas da Fundação. Também estabelece parceria com organismos governamentais e de cooperação internacional e colabora com grupos, movimentos sociais e organizações juvenis e da sociedade civil, por meio de ações de mobilização, vivências e formação para a defesa do direito à saúde da juventude brasileira.

Buscando engajar a própria juventude na produção de conhecimento sobre a sua realidade, promovemos o projeto *Jovens Investigadores em Juventude e Saúde** que apoiou 10 jovens pesquisadores-ativistas do Rio de Janeiro, na investigação de questões relacionadas à saúde, numa perspectiva que articulou produção acadêmica e atuação em territórios. Ao problematizar fatores socioculturais que incidem diretamente na saúde da juventude, as investigações subsidiam a reflexão e a ação local destes jovens. Esta publicação é fruto desse processo. Aqui o grupo apresenta os resultados de suas pesquisas e busca dialogar com um público diverso, abordando um amplo universo temático – que vai da violência nos territórios às narrativas das telenovelas – interseccionalizado com as questões da saúde. Convidamos vocês a conhecerem e aprenderem com esses/as jovens e seus "achados"!

* O projeto *Jovens Investigadores em Juventude* e Saúde contou com o apoio técnico e financeiro do Programa INOVA, cujo edital de 2019 na modalidade *Ideias Inovadoras*, permitiu os recursos necessários para a sua realização.

Sumário

_ 06 Luta, Ciência e Pandemia _ 10 A solidariedade nos fará menos solitários _ 14 Justiça reprodutiva e Covid-19: um ano de lutas de jovens ativistas negras _ 18 Jovens travestis e transexuais na escola ou no campo de guerra? _ 20 Onde fica a saúde quando passa a polícia? _ 22 Tuberculose e seu legado social _ 25 Gênero, raça e classe: debatendo saúde na periferia do capital _ 28 A representação da Baixada Fluminense no audiovisual _ 30 A juventude se vê no audiovisual _ 32 Telemarketing na Maré _ 35 Demonstrar afeto lésbico nas favelas é uma realidade palpável? _ 38 RAP da Saúde: intersetorialidade como tecnologia social _ 40 Diário de experiência: pesquisar na pandemia _ 41 Mentoria e seus aprendizados _ 44 Para onde vamos? - Existe uma revolução correndo em nossos olhos

Editorial

JOVENS INVESTIGADORES: UM OLHAR GERACIONAL SOBRE A SAÚDE

Das pesquisas científicas aos serviços públicos, a relação entre saúde e juventude pode ser vista por múltiplos olhares. No atendimento aos agravos que mais acometem essa população em suas demandas por cuidado, profissionais da atenção em saúde posicionados em diferentes instituições, operam distintas formas de ver, abordar e classificar os comportamentos juvenis.

A percepção de jovens também é diversa: se no senso comum certa visão limitada ainda compreende saúde como ausência de doenças e, sendo a juventude representada socialmente como uma fase de vitalidade (logo pouco adoece), o envolvimento de jovens com a área é permeado por distanciamentos e aproximações. Até o ponto em que os registros epidemiológicos e socioantropológicos demonstram quais são as principais causas, fatores socioeconômicos e culturais determinantes que os fazem recorrer aos equipamentos de saúde.

O Estatuto da Juventude - que define diretrizes às políticas públicas para jovens na faixa etária de 15 a 29 anos -, sinaliza alguns temas prioritários. Após anunciar o direito da população jovem nas dimensões de promoção, prevenção, recuperação e proteção à sua saúde e ainda frisar a importância do caráter universal, público e de qualidade do SUS, o documento coloca acento em questões de uso abusivo de álcool e outras drogas e em assuntos sobre saúde sexual e reprodutiva. Não há dúvida da relevância dessas questões para a população jovem; tampouco se discute o marco fundamental que representa o Estatuto da Juventude ao incluir jovens de faixa etárias mais elevadas em um dispositivo jurídico-legal tendo em conta suas especificidades.

Contudo, se avançamos pelo conceito ampliado de saúde e ouvimos os próprios jovens, veremos que articulados a outras dimensões da vida prática, os temas em saúde se expandem, reforçando as responsabilidades das instituições do setor. Frente a inserção da juventude nas diferentes esferas de reprodução social - *familiar, educacional, cultural, sexual, de participação social e política e no mundo do trabalho* -, temos uma situação juvenil contemporânea marcada por uma série de fatores estruturais relacionados entre si, que juntamente com diferentes marcadores sociais de diferença – *de gênero, etário, racial, de padrões sexuais e de território* -, impactam nas condições de vida e saúde dessa população.

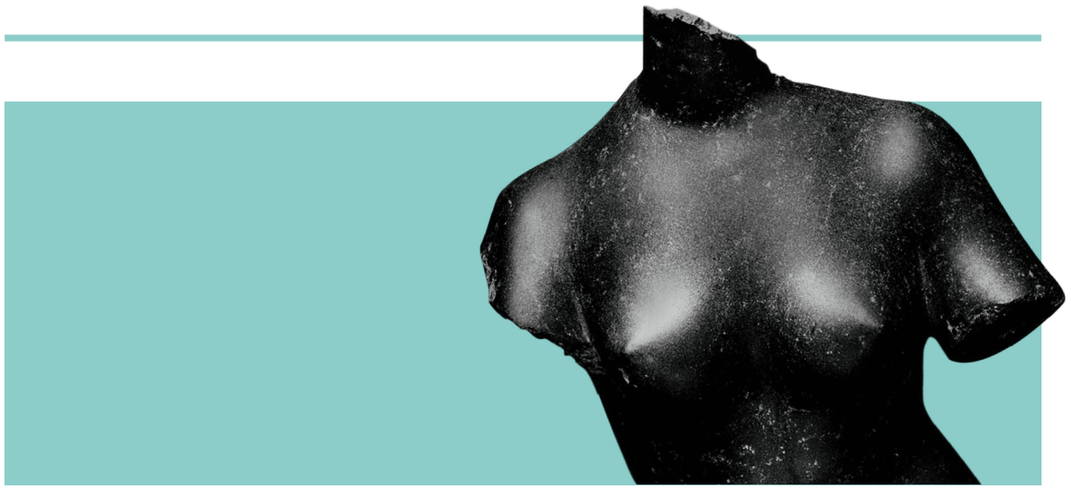
Por isso, nada mais apropriado que investir em olhares que alcançam essa complexidade. Mais ainda se quem olha é o próprio sujeito que vive essa condição. Essa é uma das premissas do *Projeto Jovens Investigadores em Juventude e Saúde*. Na esteira da ampliação do acesso ao ensino superior de uma geração que chegou à universidade nas duas últimas décadas, estão aqueles que também se movem por causas distintas. Por meio de organizações, grupos, coletivos e movimentos sociais, estes jovens criam seus repertórios de ação; e a despeito dos conflitos inerentes à convivência de modos distintos de pensamento no espaço público, oferecem novas lentes para a produção de conhecimento ao refletirem analiticamente seus engajamentos e suas trajetórias.

Não se trata de supervalorizar o "lugar de fala"; antes disso, se posicionar na arena de disputa de sentidos com outros atores, ou seja, falar, escutar, divergir e/ou construir consensos sobre qual sociedade vivemos e a que queremos seguir construindo. E nela, como se deve tratar a relação entre jovens e saúde. Por isso, outra premissa desta iniciativa é a importância da intergeracionalidade: ao colocar em contato pesquisadores da Fiocruz e os jovens ativistas investigadores, verificamos importantes aprendizados para ambos, o que fortalece a percepção de que criado um ambiente propício ao compartilhamento, atores posicionados de maneiras distintas no tempo social e histórico apuram suas formas de ver. Podemos apreciar o resultado desse rico processo nesta publicação.

JUSTIÇA REPRODUTIVA E COVID-19: UM ANO DE LUTAS DE JOVENS ATIVISTAS NEGRAS

POR **FABIANA PINTO**, INTEGRANTE DO PROJETO JOVENS INVESTIGADORES EM JUVENTUDE E SAÚDE, DA AGENDA JOVEM FIOCRUZ*

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ACESSO A EQUIPAMENTOS, INSUMOS E INFORMAÇÕES DE SAÚDE DURANTE A PANDEMIA



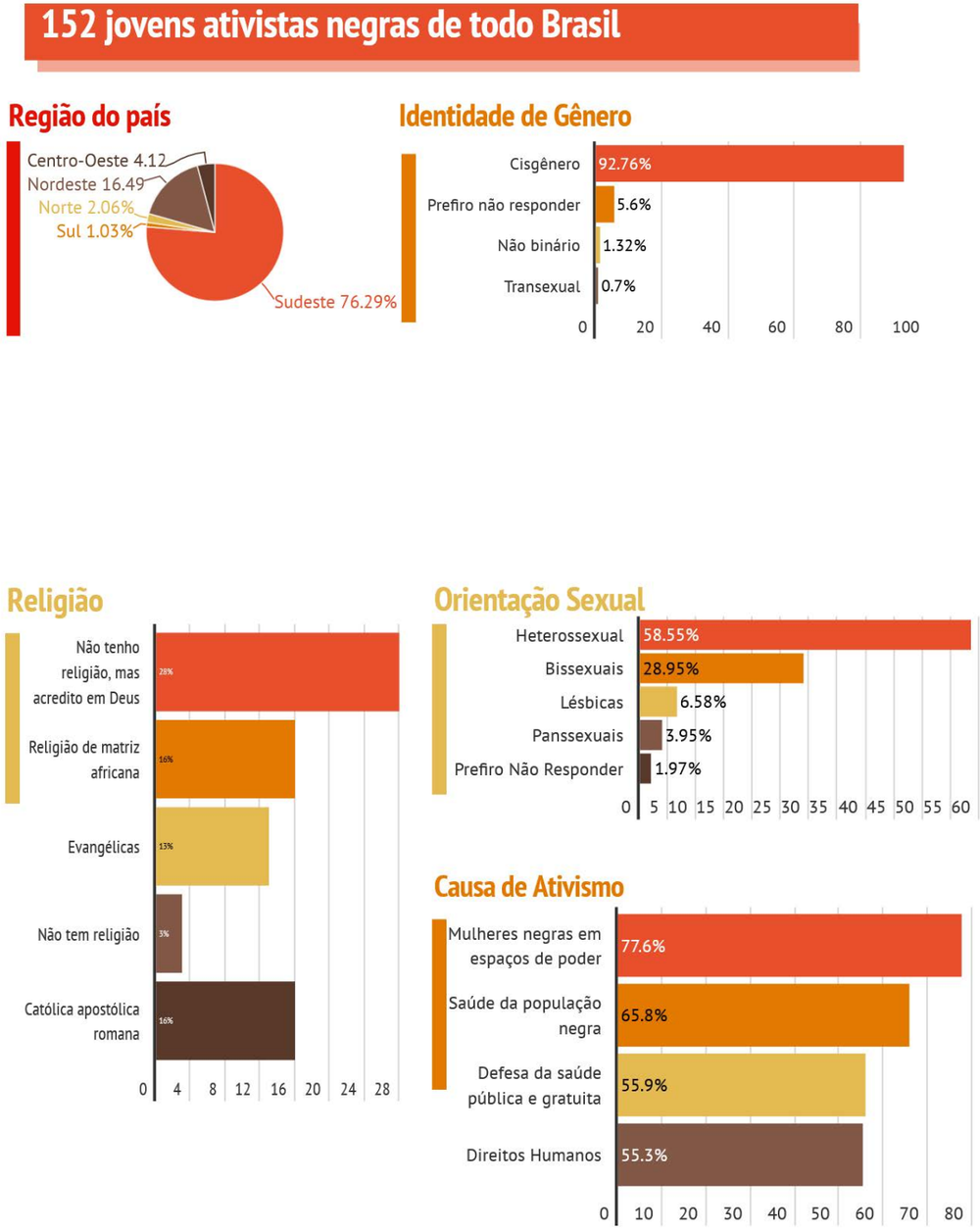
Passado um ano desde o início da pandemia de Covid-19 no Brasil, somamos mais de 500 mil vidas perdidas, das quais aproximadamente 1.600 são mulheres gestantes ou puérperas. Refletir sobre essas mortes, assim como sua evitabilidade, faz-se oportuno para desenharmos caminhos e soluções que garantam o direito à vida e o acesso à saúde de qualidade a mulheres negras, maior grupo demográfico brasileiro. Mulheres negras representam cerca de 28% do total da população brasileira. É urgente olhar para essas questões sob as perspectivas de justiça social e direitos humanos.

Para isso, lançamos mão do marco político e teórico da Justiça Reprodutiva. A ativista negra estadunidense Loretta Ross apresenta o conceito como um conjunto de ideias que engloba questões que vão além das pautas diretamente ligadas à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, trazendo para a cena o direito de mulheres negras, ou *women of color,* terem seus filhos, e criá-los quando desejarem tê-los, assim como exercerem seu direito sobre como serão seus partos.

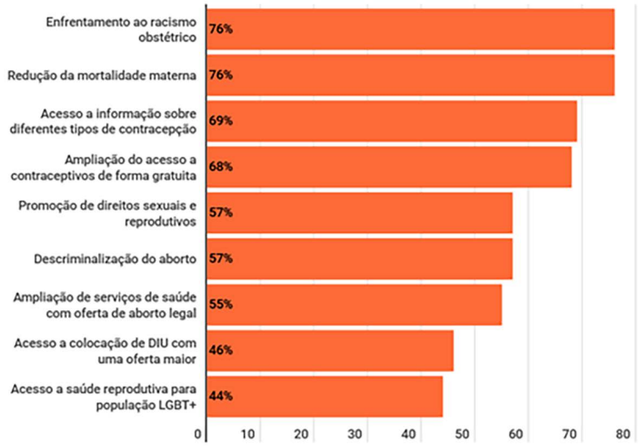
Ao eleger esse marco teórico, ético e político para desenvolver uma perspectiva crítica sobre as questões que norteiam o universo feminista acerca do "direito à escolha", busquei não apenas discutir quais são os direitos dessas mulheres, mas também as condições necessárias para que mulheres negras tenham tais direitos efetivamente garantidos.

Em pesquisa realizada com 152 jovens ativistas negras de todo o Brasil* , entre junho e julho de 2020, analisei as repercussões relacionadas ao acesso a serviços, insumos e informações de saúde reprodutiva

* Pesquisa: Acesso à saúde reprodutiva no Brasil no contexto da pandemia de COVID-19: Perspectiva de jovens mulheres negras ativistas



Infográfico 1. Perfil sociodemográfico das participantes da pesquisa



Infográfico 2. Pautas prioritárias sobre Justiça Reprodutiva para as jovens ativistas negras em um contexto pós pandemia

durante a pandemia de Covid-19. O objetivo foi mapear quais dificuldades, problemas e barreiras ao acesso à saúde reprodutiva estavam acontecendo, para identificar quais iniciativas, estratégias e ações individuais, comunitárias e coletivas surgiam na busca pela garantia do acesso à saúde reprodutiva.

O estudo utilizou um questionário online com 44 perguntas, que traçou o perfil socioeconômico das participantes e investigou aspectos do acesso à saúde e à justiça reprodutiva: acesso a métodos contraceptivos, atenção pré-natal, internação no parto e atenção à saúde no puerpério, acesso a abortamento legal, violência sexual e mortalidade materna.

63,58% das participantes afirmaram não conhecer o conceito de Justiça Reprodutiva. Entre as que disseram conhecer, a maioria afirmou utilizar o conceito no ativismo, o que aponta para uma renovação e radicalização da luta por direitos de mulheres negras no Brasil.

Justiça Reprodutiva é um conceito que vem ganhando força nos últimos anos no Brasil entre ativistas negras, especialmente por meio de organizações como a Criola, Odara e Coletivo Nzinga, e de grupos que denunciam violações de direitos reprodutivos de mulheres negras, dando especial visibilidade à violência obstétrica sofrida por essa população e o racismo institucional presente em serviços de saúde.

Ao refletir sobre o caráter estrutural do racismo e suas expressões, uma ativista participante da pesquisa reforçou que:

“os temas se correlacionam totalmente, uma vez que mulheres negras já foram esterilizadas forçadamente (comprovado pela CPI da Esterilização de 1992) e são frequentemente negligenciadas no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva como um todo. Mulheres negras são frequentes alvos de negligência obstétrica. Negligências muitas vezes sustentadas pelo imaginário coletivo de que mulheres negras são mais fortes às dores do parto, por exemplo. Trazem seus filhos a esse mundo com violência e trauma”.

A responsabilidade do Estado ao debater o tema também surgiu entre as participantes do estudo. Para uma delas, "*nossos direitos são considerados luxo pelo governo, enquanto são na verdade serviço essencial. O fechamento de serviços como os de abortamento seguro não faz o menor sentido, mesmo no contexto de pandemia.”*

Conhecendo ou não o conceito de Justiça Reprodutiva, pode-se concluir que os debates têm avançado, pautados em práticas que trazem para o centro da discussão o racismo ao qual mulheres negras estão expostas durante sua trajetória reprodutiva.

Para além do prolongamento da pandemia, o Brasil está imerso numa crise política, econômica e sanitária sem precedentes. Há uma profunda convergência de pautas, lutas e saberes em prol da garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos conquistados e sua efetivação e ampliação para todas as mulheres negras no Brasil.

Em que pese o país ser o que mais concentra o número de mortes de gestantes e puérperas em decorrência da Covid-19, assistimos ao debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos se tornar secundário diante da falácia de priorização das urgências que a pandemia representa, mas vemos também o quanto a organização de mulheres, e em especial mulheres negras, produz mudanças na busca pela garantia de direitos por meio de ações de coletivos e organizações ou iniciativas individuais e comunitárias.

A continuidade da inserção do DIU e o acesso a serviços de saúde reprodutiva, bem como a inclusão de gestantes, puérperas e lactantes nos grupos prioritários para a vacinação contra a Covid-19 são alguns dos exemplos do que o movimento de mulheres negras produziu e conquistou neste período.

Agora a disputa posta é para manter os direitos conquistados e ampliá-los, pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde e pela consolidação de uma agenda de políticas públicas que tenha como centro a garantia do direito à vida, à saúde e aos direitos humanos. Essa é a perspectiva da Justiça Reprodutiva e das mulheres negras brasileiras representadas nesta pesquisa pelas jovens ativistas.